

# A SITUAÇÃO

ÓRGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR.

ASSIGNATURAS

CAPITAL.

Por vinte mil.....	12000
Por seis meses.....	6000
Número avulso.....	500

Publicação semanal

Escritório e Typographia à Rua do Barão de Melgaço N. 23.

ASSIGNATURAS

EM CIMA DA CAPITAL

Por vinte dias.....	12000
Por seis meses.....	6000
Os artigos não publicados não entram no débito	

A SITUAÇÃO.

Guyana, 9 de Outubro de 1881.  
O partido da ordem não pode compartilhar com o desordem;

Um acto irritante é nello acaba de ser praticado pelo actual presidente da província, Exm. Sr. Coronel José Maria de Alencastro; e segundo a voz pública este acto era exigido de há muito e esperado com toda a certeza pelo chefes do partido liberal.

1.º — para que os 144 indivíduos da Villa do Rosário do Rio Branco, que por despacho do illustrado e prova Dr. Juiz de Direito da Comarca, da 2.ª de Setembro ultimo foram recolhidos eleitores — depois do prazo encerrado — fossem, a despeito do que prescreve o artigo 73 do Regulamento de 29 de Janeiro do corrente anno, mandados alistar na presente qualificação por meio de uma lista suplementar.

2.º — para que de uma vez para sempre — a questão das certidões falsas e do suplemento apêndice tivesse uma solução condigna dos desejos do chefe do partido liberal.

E porque o Sr. Dr. José Caetano Metello — apesar dos pedidos — promessas — o ameaças sempre recusou-se a postergar a lei — quer se tratasse da inclusão dos indivíduos do Rosário no presente alistamento eleitoral, — quer se tratasse da proteção dada ao collector procurador Ramos; — assentou-se — desde logo — e por todos os sanglos da cidade se dizia mesmo — que — sobre um qualquer pretexto — seria o Juiz de Direito interino, Dr. Metello, suspenso para que o actual Juiz Municipal de Corumbá — Bárba Cavalcante — (com quem parece contar o chefe do partido liberal desta cidade, Desembargador Firmino José de Matos) assumindo a jurisdição deste cargo, — mandasse incluir no presente alistamento aquelles indivíduos da Villa do Rosário recolhidos eleitores mas, mandado espetar pelo Dr. Metello pela revisão

de 1882, cem determinaria a lei para serem alistados;

É não só isso — como também para que o Sr. Tenente coronel da actual guarda nacional, Audre Gaudie Nunes, com o Juiz Municipal suplementar (sempre os suplementos!) assumindo a jurisdição de Juiz de Direito da comarca; pusesse cobro no prazo — que intentamos com o colecionário procurador, e sobre o qual já há um despacho do juiz Metello, dando por justificádos — dois — itens de justificação promovida por parte seu juizo à bem da defesa do nosso Editor — e mandando que se tirasse traslado de tudo para correio — pelos meios mais convenientes — os trâmites da lei: — ou para que a justiça pública proceda contra o collector e escrivão da 1.ª recebedoria provincial desta cidade, pela falsificação do lançamento das demais preâmbulos do exercício de 1880.

O que — é que se buscou para isso — ou que o chefe do partido liberal procurou para — iniciativamente — comprometer a presidência da província — fai o seguinte:

Como interessado na qualificação do 2.º distrito, por onde se apresenta candidato à câmara temporária o Sr. Dr. Augusto César de Padua Fleury, irmão do Sr. Dr. Augusto Cesare de Padua Fleury, candidato pelo 2.º círculo, convidou o Juiz de Direito da Corumbá, Dr. José Joaquim Ramos Ferreira para vir tomar assento na Relação — e que desde o momento que recebesse o convite considerasse membro da Relação — com posses e encargos — que deveria ser pagos pelo Alfanilégo de Corumbá, se se dignasse a vir tomar assento.

Quer isto dizer — que desse modo caberia ao Sr. Bárba Cavalcante, juiz municipal daquele termo, a decisão da representação dos 144 indivíduos ou eleitores da Villa do Rosário — que se viam mandados alistar na presente qualificação, embora fôr o prazo e com prazo das formalidades legais, — que cada indivíduo recorresse por si ou por procurador, do despacho do juiz para a Relação do Distrito, onde o Presidente da província nada tinha que ver com

aquella representação — que era extra legal.

Diante disso seguiu-se um silêncio profundo por parte da presidência — mas sempre se ouvindo pelas esquinas que a representação voluntaria do novo Juiz de Direito para responder item por item daquela peça monstro — que fosse qual fosse a resposta do juiz — seria ela suspensa.

No dia 23 do mês passado chegando àquela da Corte, recebermos o decreto n. 8.213 de 19 de Agosto do corrente anno contendo o regulamento eleitoral, o delle não causou que o presidente da província possa intervir em recursos eleitorais.

Não sabemos — portanto — em que se fundou a persistência da província para — por acto de 3 de outubro — suspender o Sr. Dr. José Caetano Metello do cargo de Juiz de Direito da comarca e apon-tá-lo incurso no art. 29 § 3 da lei n. 9.020 de 9 de Janeiro do corrente anno — e 292 § 3 do respectivo Regulamento.

Também já se diz por todo a cidade que o actual presidente da Relação, Desembargador João Augusto da Padua Fleury, irmão do Sr. Dr. Augusto Cesare de Padua Fleury, candidato pelo 2.º círculo, convidou o Juiz de Direito da Corumbá, Dr. José Joaquim Ramos Ferreira para vir tomar assento na Relação — e que desde o momento que recebesse o convite considerasse membro da Relação — com posses e encargos — que deveria ser pagos pelo Alfanilégo de Corumbá, se se dignasse a vir tomar assento.

Quer isto dizer — que desse modo caberia ao Sr. Bárba Cavalcante, juiz municipal daquele termo, a decisão da representação dos 144 indivíduos ou eleitores da Villa do Rosário — que se viam mandados alistar na presente qualificação, embora fôr o prazo e com prazo das formalidades legais, — que cada indivíduo recorresse por si ou por procurador, do despacho do juiz para a Relação do Distrito, onde o Presidente da província nada tinha que ver com

a palavra tem dito acerca do funcionário procurador — Firmino Rodrigues Ramos — por entender S. Ex., segundo nos afirmava — que é essa uma questão política — e que em vista das recomendações do governo imperial, nela não darei S. Ex. intervir para não falsear a representação nacional!

As collector, sobre quem pesam as mais graves acusações de falso e fraude, S. Ex., administrativamente não tem encontrado, no espaço de 6 meses um meio, de dar uma satisfação pública da sua imparcialidade no governo, ao passo que expede um acto arbitrio, irrito e nullo, que é recebido com a maior indignação pela população, desta cidade, só porque o chefe do partido liberal, o candidato pelo 2.º distrito, tiveram forças para convencer a S. Ex. da que se devia mostrar impartial, suspendendo o Juiz de Direito desta comarca!

Não fazemos oposição a S. Ex. o Sr. Coronel Alencastro, mas responsabilizamos o Governo Imperial pelo factos lamentáveis que só tem dado nesta província — com espacialidade depois da promulgação da lei que refere a sistema eleitoral, — factos que estão no domínio do público e que há seis meses já devido ter merecido a consideração do governo porque os mesmos apresentado com tanta nudez pela imprensa, sem que tenhamos tido, sequer, uma providência no sentido da tão proclamada abstenção política por parte desse mesmo governo.

De como é falso, irrito e nullo o lançamento das décimas preâmbulos publicado no suplemento apêndice ao n. 431 do Liberal do 1880, e exhibido com data do 30 de Setembro de 1881 — não demonstra a lei, que regula a matéria, o ficio com que a comissão nomeada pela Presidência passou a S. Ex. o resultado de seus trabalhos.

Todo acto contrário à lei, é irrito e nullo.

A lei não cogita de dois lançamentos sobre a mesma matéria, ou sobre o mesmo imposto, durante o mesmo exercicio,

Eis o que ella preceitua :

Do lançamento.

Art. 3 — O 1º quarenta da dízima dos predios urbanos será feito por ordem do contador das rendas provínciais, por meio de anúncios, dirigidos pelo e decto, e escriptos pelo escrivão da collectoria. Comegará no principio do mês de Janeiro de cada anno, e acabará no mais curto espaço de tempo que possível fôr.

Art. 4 — Ao contador das rendas provinciais (hoje inspetor) compete — inspecionar e fiscalizar o processo do lançamento — corrigindo-o, e mandando reformar o que não for feito conforme as disposições desse regulamento.

(14 de Agosto de 1852)

No tempo em que foi expedido este regulamento, contava se o exercício por anno civil, e por isso diz o artigo 3.º que o lançamento — a começar no princípio do mês de Janeiro de cada anno e acabará no mais curto espaço de tempo que possível fôr.

Mais tarde o anno financeiro contou se de Julho à Junho, bem como no do exercício em questão; — comecando portanto o lançamento em principio do mês de Julho, como se ve do edital da collectoria provincial publicado a 23 de Julho de 1889, no orgão oficial — *A Província de Matto-Grosso*.

No dia 29 de Agosto do mesmo anno, decorridos quasi sessenta dias para este serviço — publicou a collectoria as ultimas rectificações no lançamento tanto do 1.º como do 2.º distrito da capital; — iahi em diante, até o dia em que a segunda comissão começou os seus trabalhos — em Agosto desse anno — ninguém viu em jornal algum — reclamação alguma outra o que se achava publicado na *Província de Matto-Grosso* de 25 de Julho a 29 de Agosto de 1889.

O proprio redactor da *Província* declarou por escripto que nenhuma reclamação recebeu contra a publicação daquele edital. Essa declaração temos em nosso poder.

Entretanto o officio em que a comissão dà conta a S. Ex. dos trabalhos por ella feitos, officio que foi publicado no jornal official, onde se publicou também, como já dissemos, o primeiro lançamento, diz assim :

«.... Passou em seguida a confrontar esse edital com o que foi publicado na *Província de Matto-Grosso*; e ainda com os mesmos lançamentos, verificando que este o lançamento publicado na *Província* só fezera *não pequena alteração* com a rectificação que apresentou o suplemento do *Liberal*.»

Indeixável é portanto a existência de dois lançamentos de dízimas na thesouraria provincial, — tudo contrários e opostos — repelentes um do outro, nas piores das comissões — e as graves alterações que faz o ultimo — o

publicado no suplemento apocrypho do *Liberal*, sobre o primeiro publicado no orgão oficial — A *Província de Matto-Grosso* ns. 824 de 25 de Julho a 29 de Agosto de 1889, onde se derão as ultimas rectificações.

Com as rectificações feitas e publicadas na *Província de Matto-Grosso*, quer em virtude de reclamações das partes collectadas, quer de modo proprio do collector Firmino Rodrigues Ramos, terminado estava todo o acto legal sobre o lançamento de dízimas dentro do referido exercício.

Não obstante é preciso crer nas palavras da comissão que dá a existencia de um ultimo lançamento contrario — diverso do primeiro, pelas graves alterações que foram feitas, — alterações que para tornar frustantes desenvolvem em um quadro, que remetteu a S. Ex.

— quadros e alterações cuja publicação com urbanidade pedimos ao alto destas columnas, e ainda hoje pedimos, e cremos ser atentados porque a publicidade dos actos administrativos é um dos elementos do sistema constitucional — S. Ex., acreditamos, não se eximirá a esse dever; especialmente quando elle involve matéria grave que ainda hoje agita a imprensa, os tribunais, e a opinião pública.

A imprensa tem direito de defender a causa da justiça e velar sobre a boa ou má applicação da lei; os tribunais têm igualmente direito a esclarecerem nos documentos officiais; a opinião publica estremecida, ante o crime de que foi o está sendo acusado o collector provincial, Firmino Rodrigues Ramos, tem, não menos, direito de ser esclarecida e de firmar juizo definitivo.

Si, pois com a publicação das rectificações do lançamento das dízimas, não haviendo reclamação alguma da parte dos collectados, segundo afirmou o Sr. inspetor da thesouraria provincial, a outra comissão nomeada pelo Juiz de Direito, estava terminado o lançamento das dízimas do exercício de 1880-1881; — Como, e em virtude de que loi, foi forjado esse ultimo sem conhecimento dos collectados?

Como, e em virtude da que lei foi elle posto em execução, antes de ser aprovado pela junta de fazenda?

Ninguem reclamou contra a barateza do imposto; o Sr. inspetor declarou à comissão do Juiz de Direito.

No entretanto, como já dissemos, ha não pequena alteração entre os editaes das rectificações publicados no orgão oficial e no suplemento apocrypho.

A comissão de S. Ex. o Sr. Alencastro não quiz dizer de onde vinha essa alteração.

S. Ex. o Sr. Alencastro também não quis saber porque não combinavam aquelles editaes — o do or-

gão oficial e o do suplemento apocrypho.

No entretanto um facto criminoso existe com essa alteração e a comissão o aponta a S. Ex.

Haveria erro typographic no orgão oficial? Mas o redactor diz que nunca lhe disseão semelhante cousa. Mas dado que houvesse — porque não foi publicado esse edital que sahiú, ou que só apareceu no suplemento falso, no mesmo orgão oficial que commeteu o erro?

E por que essa alteração só se nota para mais — nos liberais — e para menos nos conservadores? Dar-se-ha caso que os tipos do *Matto-Grosso*, em Julho e Agosto de 1889, já tinhão conhecimento da lei eleitoral de 9º de Janeiro de 1881?

Que cynismo!...

O quadro das alterações para mais explicaria o fim que tinha o collector e a que chegou com essas alterações — incluir no alistamento dos eleitores muitos individuos, aos quais negou o direito de voto, excluindo, uma vez a conservadores que estarião talvez alistados, se a fraude do novo — do ultimo lançamento, como diz a comissão do Sr. Alencastro, não lhes tivesse roubado.

E viva a liberdade apregoada pelos liberticidas!...

A comissão diz — que esse ultimo lançamento, o do suplemento falso, foi aprovado em sessão da junta da thesouraria provincial de 3 de Novembro de 1880; mas a comissão não examinou, nem disse quando foi aprovado o primeiro — o publicado no orgão oficial em

setembro de 1880.

Por que será?

A *Província de Matto-Grosso* publica as alterações feitas ao primeiro em 29 de Agosto de 1880.

Estas alterações devem ser feitas em virtude de requerimentos das partes á thesouraria provincial — porém não o ferei (confesso o inspetor dessa Repartição á 3.ª comissão).

A comissão diz que ha uma acta em 3 de Novembro que aprova o ultimo lançamento apocrypho — dois meses e um dia depois de ter entrado em execução, — porém não diz ao menos no officio de remessa da papelada se essa acta estava em seu lugar, em proprio livro — e o mais que podia adiantar a questão.

O ultimo lançamento já por si mostra a fraude.

Feito e terminado o primeiro — sem criminalidade se poderia fôr o outro?

«Art. 17 — O escrivão da collectoria responderá por quaisquer enganos ou omissões na escripturação, de que possa resultar ruijuizo, não só á fazenda provincial, como as partes interessadas que em caso tal, serão efectivamente indemnizadas pelo mesmo escrivão.

Igualmente o collector que por

abusou das suas atribuições, ou por odio ou afecção, arbitrar maior ou menor decima, de que a legitimamente cobravel, será responsável na forma das leis em vigor.» (R.º de 14 de Agosto de 1852).

Porque não estendeu a comissão este artigo do Regulamento provincial — para dizer a S. Ex. — e mo está scripto no seu relatorio — se tinha fundamento a acusaçâ que fazemos ao collector?

Em todo caso a propria comissão não declara em seu officio — o que ficou representando na Collectoria na thesouraria provincial — o primeiro lançamento — terminado pelas rectificações feitas no seu officio a 29 de Agosto de 1880.

Já temos pena destas autoridades todas que encapetão esta patota do patotero *Liberal* e do collector Ramos.

Agora se o collector julga que com a publicação a 29 de Agosto de 1880 não estava terminado o lançamento das dízimas do exercício de 1880-1881 — entenda-se com isto adiante o partido que tratou bem o anexo representado à presidência da honrado magistrado Juiz de Direito desta comarca — perde encurtado prazo (a seu modo de contar). Sim, pergunt lhe se a 29 de Agosto a 2 de Setembro de 1880 ou 1881 como diz o apocrypho vai o prazo de 30 dias que a lei ordena se guarda no lançamento das dízimas predias entre a ultima publicação e as rectificações — isto é prevalecer a data do suplemento falso de 2 de Setembro de 1880 (ou 1881 como sahiu publicado).

Si, porca, os typographos accustomed a escrever 1881, trahirão pelo costume, o que elles mandarão fazer por iniquidade, só com o fim de tirar vantagem a quem os tinha, e dal-lhes a quem não tinha anexo pergunte-lhe se o alongamento do prazo também não será lícito.

Em resumo um lançamento depois de outro; — um concluído e publicado, outro começado e não publicado fazendo alterações graves é gato e gato preto.

Mas é principio inconcusso em direito que o que é nulo em seu principio, ainda com o passar do tempo não rvalece; — será sempre null.

E também axioma na jurisprudencia que o que é nulo em seu principio é nulo em seus effeitos.

Os elíticos fabricados pelo collector Ramos, o não pela lei, não de votar porque nissos assentaram os gentes do gabinete Saraiva; — porém perante a lei, perante a opinião publica, perante a consciencia do collector e de todos os patronos do suplemento falso — não passarão de phosphoros — fabricados para roubar-se o direito de outrem, si elles pesarem na balança eleitoral.

Os se — emparsas dessa opinião agora o

feito, quellhes interessam e convém; mas, amanhã, quando esses interesses não mais jogarem; quando calmos e desprevenidos da paixão, que os cega, não de repelir com rosto o homem, que condecorou em paz de tão repugnante futilidade.

O feito é tão nojento, inspirava tanto asco que os homens de bem não querem dele a responsabilidade mínima.

Felizmente ainda ha caracteres honrados.

Nós appellamos para o honrado Promotor Publico, o Sr. Major José Maria de Souza, e este nas barbas da primeira autoridade da província — guardou eterno silêncio; julgou que era melhor não dizer nada; porém o seu silêncio nos basta.

Appellamos para o ilustre Sr. Dr. Augusto Cesar de Paula Fleury, que estava na redacção do *Liberl* na época em que se afirmava ter sido batido o suplemento do *Liberl*, que traz o lançamento anonymo.

E S. S. — embora candidato pelo 2.º distrito, assumindo de novo a redacção do *Liberl* em 1º de Setembro p. p., até o presente tem guardado um silêncio sepulcral sobre esta matra. Não diz — Não — por que as conveniências lhe pedem que calle; — não diz — Sim — porque a honra lhe impõe o contrario.

Seu silêncio — pela imprensa, — também nos honra e alumia a causa que defendemos em vez de dar ganho ao falso.

Ainda felizmente ha homens de bem. —

Aqui fazemos ponto, por hoje, fogando de novo a S. Ex. o Sr. Presidente da Província a publicação dos quadros e mais papeis assignados pelas 2.ª comissão

e um carácter digno de respeito e mais consideração do que a que V. Ex. presta a esse novel administrador.

O egoísmo é arma fraca, mas infelizmente adoptada na presente situação.

Qu importa a V. Ex. que a vida administrativa do Sr. Presidente fique manchada para sempre, com tanto que V. Ex. seja satisfeito das suas necessidades politicas?

O Sr. de Maracajá foi seu obediente servo, entretanto V. Ex. ou alguém por si desfeteou-o na pessoa do seu genro.

O Sr. General Hermos deu-lhe muito dinheiro a ganhar a V. Ex. faz-lhe oposição losabrida, quando já ia ser demetido.

O Sr. Capitão Balmirino foi um defensor de V. Ex. e do seu partido, entretanto que não hesitarão um momento em marcar a sua probidade de cidadão com a demissão traígeira de tão distinto professor.

A mesma sorte é portanto a do Sr. Alencastro, esperar quando não tiver autoridade para suspender juizes.

Os conselhos dados ao Sr. Rapozo, a respeito das demissões dos juizes municipais supplentes, causaram a ruina administrativa de tão sabio militar, e obrigou o governo a exonera-lo para moralizar tão revoltante acto. Entretanto V. Ex. e os seus co-religionários abandonaram o ingênuo presidente e ele lá se foi gemendo e chorando com o arrependimento e o estigma de administrador sem critério.

Alceste não dá opinião sobre a decisão? — Julga que o Sr. Presidente não é competente para julgar de feitos judiciais, mas só o tribunal legal.

Se se tratasse de expedientes de diplomas, era autoridade o chefe administrativo, mas tratando-se de alistamento de cidadãos, que tem direito a ser eleitores, parece a Alceste que o Sr. Alencastro devia declinar para o tribunal da Relação.

Qual foi o despacho do juiz? o seguinte: reconheço, que os falânos são eleitores, mas como o alistamento está encerrado, aguardem os falânos para a revisão de 1882. — Logo, a questão não é de títulos mas só de se reconhecer se o despacho é bom, isto é legal ou não. Quem é o competente? o Presidente ou a Relação?

No regulamento para o 1.º alistamento disia o artigo 73 que depois de encerrado o alistamento não se podia alistar eleitores reconhecidos. Alceste pergunta, — lei tem efeito retroativo? não: logo o regulamento definitivo não pode derogar os efeitos do primeiro desde que estes já consumados por efeito do juiz competente.

O culpado de tão revoltante erro é V. Ex. porque a iniciativa foi de V. Ex., assumiu como partidário V. Ex. as argumentações suplícias, apenas para tirar resultado para si, e recusando-se de que o Sr. Coronel — "nós" — é um militar de recuo — crescimento e

de um amigo leal?

Se o Sr. Alencastro quisesse firmar o seu futuro e conservar em merecida altura a sua imparcialidade política em vez de praticar um acto de verdadeiro disparate cortaria o membro gangrenado (expressão do delicado Fleury) na pessoa do Collector, moralizando a sociedade em que vivemos e o partido a quo pertence; e V. Ex. não desmentiria a opinião publica que pensava que V. Ex. reprenderia os actos maus do seu quintvirato, pois V. Ex. era tido por homem de consciencia, embora se tratasse de politica, mas enganara-se todos porque a politica embraga tanto a V. Ex. que até os seus melhores amigos são desfeiteados, reconhecendo em todos traidores a excepção do seu consensual que é o único oráculo de V. Ex. quando não passa de falso Propheta ou sabio engarrafado.

O Sr. Presidente ou o governo ameaça os empregados publicos com substituições no caso de ocuparem comissões eleitorais, entretanto o Sr. Alencastro tem decretado e nomeado eleitores descontentes, suspendeu o juiz de direito e veremos o que mais até 31 do corrente. Espera-se que S. Ex. não continuará no seu mandado electoral porque Alceste ainda não descreve o carácter firme do Sr. Alencastro e da sabia consciencia do seu amigo, o oficial de gabinete Major Americo, e que spontânea e futura risenho da S. Ex. e o desvairá do caminho cheio de precipícios que V. Ex. prepara tão inocente e bem intencionado Presidente, ao qual para pelo seu modo jovial e atenuado, será uma calamidade que no coração de tão sympathico administrador se aninhe o más traígeiro veneno — Alceste não acredita.

O resto é a expressão da alma. Como sempre, Exm. conte com a sinceridade do Alceste.

Antonio Maria Coelho em favor della

Do mesmo modo aconteceu em Corumbá, onde preferem os Sr. Cardoso Junior e Dr. José Maria Metello votando naquella grande numero de liberais.

**O supplemento apócrifo.** — Isto no — Corumbá — n. 117 de 7 de Setembro do mesmo passado, o seguinte:

« O supplemento falso impreso na typographia do — Liberal — a que nos referimos em nosso ultimo passado, é infelizmente, uma triste verdade, e mais de vaga trazemos ao conhecimento dos nossos leitores os pormenores destas questões revoltante e vergonhosa »

Pasma que isto tenha-se escrito — seguidamente — ha dias — e ainda umainpremissa da província, com exceção dos artigos anonymos do — Liberal — o criminoso —, não disse que havia recebido esse monstro criado por imaginações tão torpes, quanto torpe e infame é esse papel imundo, que acabou por comprometter ainda mais o collector e desmascarar aqueles que infelizmente dirigem nesta quadra esse partido digno de melhor sorte. —

Será bom que S. Ex. o Sr. Presidente da Província vá tomando em consideração todos esses factos para melhor auxiliar sobre o comportamento dos seus amigos políticos e de seus empregados.

**Cardoso Junior.** — Publicamos em seguida a Circular — dirigida por uma comissão de oficiais da marinha do Líder aos camaradas da guarnição de Corumbá, com relação à candidatura do Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior; circular que tanta excitação nervosa causou ao illustre candidato do partido liberal pelo 2.º distrito, Dr. Fleury, ao ponto de expedir este um boletim aos seus eleitores no momento em que levava conhecimento d'aquele facto!

Felizmente o Sr. Dr. Fleury calhou logo em si, e viu que o que tinha feito não era bom. —

**Circular.** — « Ladário, 22 de Setembro de 1881 — Ilum Sar —

Tendo-se apresentado candidato a deputado da Assemblea Geral Legislativa, pelo eleitorado do 2.º distrito o Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, credor do agrémento d'esta Província pela sua professa administração em 1871 e 1872, julgam os signatários desta Circular, representantes da corporação da Marinha, neste porto, que além d' aquela justa razão e acima mesmo de quaisquer outras considerações, existe a necessidade imperiosa de um representante na assentada Geral, que combata das necessidades das corporações militares, saiba e possa utilizar o seu prestigioso talento pugnar pelo melhoreamento material e elevar o crédito moral das, em cujo caso, parecendo-lhes nobre o Sr. Conselheiro Cardoso Junior pedem a sua destituição e a sua substituição por um candidato militar.

Não no banfaria que se arvera em prol da candidatura d'este illustre compatriota em alguma política.

Tanto ou mais do que nós devemos conhecer esse distinto cidadão filho da nossa corporação; portanto devemos ser relevado a nos tornar mais patentes as nobres qualidades d'esse compatriota d'armas. — Antecipando o nosso agrémento, somos com toda a considera-

## Communado.

### 5.º CARTA.

**Iilm. o Exmo. Sr. Desembargador Firmino José de Mattos.**

O povo desta cidade está injuriado contra V. Ex. por ver que V. Ex. pretende extinguir a administracao do S. Ex. o Sr. Coronel Alencastro, demonstrando o proposito em que esta va de não se intervir nas eleições.

O acto do Sr. Presidente suspendendo o Sr. Juiz de Direito interior, José Caetano Metello, é o despotismo em excesso para fins políticos.

O culpado de tão revoltante erro é V. Ex. porque a iniciativa foi de V. Ex., assumiu como partidário V. Ex. as argumentações suplícias, apenas para tirar resultado para si, e recusando-se de que o Sr. Coronel — "nós" — é um militar de recuo — crescimento e

## Gazetilha.

### Reunião conservadora.

Reunidos na noite de 4 do corrente em casa do Sr. Barão de Diamantino, os membros do partido conservador, ficou resolvido por unanimidade de votos que o partido conservador e a sua imprensa deviam sustentar a causa do S. Dr. José Caetano Metello, por ser da justiça e da probidade tanto quanto as crenças que professa o Sr. Dr. Metello em particular não são as do partido conservador.

Constatam que em S. Luiz de Cúceres não foi bem accreditado pelo partido liberal a candidatura do Sr. Dr. Augusto Fleury; que preferem a do Sr. Conselheiro Cardoso Junior pela posição franca que assumira o Sr. Tenente Coronel

22 da V. S. — Camaradas e amigos — Barão de Paracatu. — Antônio Joaquim Moreira Marques. — Dr. Severiano Brant Monteiro. — Frederico Guilherme de S. Seixas. — Afonso Esteves Eduardo Martins.

**Pallecer** — repentinamente às 7 horas da tarde de 6 do corrente o Sr. Tenente João de Cerqueira Caldas, irmão do nosso ilustre amigo e chefe do partido conservador, Barão do Diamantino.

O Sr. João de Cerqueira, segundo somos informados, sofria há muito tempo de hypertrophy de coração.

Nossos pesames à sua illustre família, e ao Sr. Barão de Diamantino.

**Montemor** — 3.º Regimento de artilharia cavalo forão comprimentar o Exm. Sr. coronel José Clarindo de Queiroz pelo facto de ter sido escolhido pelos militares do Amazonas o seu partido liberal historico d'aquelle Província para um dos lugares da representação nacional na cámara temporaria. Na mesma occasião ofereceram-lhe o seu retrato mandado tirar aqui como uma prova de estima e consideração da que gosa o mesmo Sr. Clarindo entre os seus commandados.

Felicitamos a S. Ex por esse facto.

**Gato escondido com o rabo de fogo.** — O redactor do *Liberl* em s-u noticiario ultimo diz — que «Consta-nos que o Dr. Metello fôr suspenso do cargo de juiz de direito e mandado responsabilizar — e imediatamente — di- — «Assunção a jurisdição do cargo de Juiz de direito da comarca — o nosso amigo André Gaudie Nunes. — »

Como tudo isto é edificante ! Nâ saber eu não ter certeza o Sr. Dr. Fleury que o Sr. Dr. Metello havia sido suspenso pelo presidente da província nô dia 3 do corrente às 3 horas da tarde !

Esse consta-nos do Sr. Dr. Fleury vale um poema !

**THEATRO.** — O *Doutor da Pista*, seu primeiro espetáculo de prestidigitação no domingo passado, no teatro desta cidade, conforme foi anunciado pelos jornais, os trabalhos que executou nessa noite, formou com muita destreza e agilidade, não nos deixando nada a desejar. O ilusionista Sr. Pedro Zavala kiss da prova maravilhosas, teve passagens muitíssimas e foi objecto de prolongados aplausos. O que admiramos é que a concorrência havida fosse muito dura.

## A PEDIDO.

**Hlm. e Exm. Sr. Conselheiro José Antônio Sarralia**

E pena que V. Ex. não tenha uma dupla vista, para de lá da Corte do imperio, ver como se executa a lei, sua predilecta filha, nesta malfadada província de Mato Grosso.

Parce que os homens seus exentos, desde se as mãos para pagar a gloria de V. Ex. que a historia politica tinha de forçosamente transmitir ao paiz e a gregos e videntes; Calejo a novissima lei eleitoral e as pessas e dali para frente já a necessidade de no-

va reforma, porque infelizmente não dizem, dura lex sed lex mas sun a lei é boa porém não nos da a maioria de votos, torpa-se o nariz della. Não é preciso estender-sa muito para pintar o hediondo quadro que he-de perturbar o seu repouso, quando V. Ex. na qualidade de legislador contemplava sua lei em actividade. Do um lado vê-se um Promotor que não deu nenhuma prova que defende um falso, já uma vez condenado a um anno de prisão com trabalho por causas que elle li-sabia, actualmente collector das rendas provincias, passando certidões falsas para justificar eleitores phosphoros. Por outra parte um Inspector de Thesouraria provincial, que não vê, já se sabe, por conveniencia politica, as falsificações d'aquel collecto seu subordinado.

Vê-se mais um integrante e junticeiro juiz de Direito, mogo círculo suspeito e honrado a toda prova, suspenso só e unicamente por interpretar bem a lei e distribuir justica.

Não deixemos a margem. Exm. Sr., todo o seu partido desta capital representado por um chefe e pela imprensa que, 4 horas mortas da noite bate um supplemento, com seguimento a um numero de seu periodico publicado ha muitos meses, com o fim de justificar tanta falsificação do Collector. Escandaloso dos escandais !

Ainda mais, um chefe que tendo se alalado em seu commercio, procura incluir a todo transe o seu nome na lista triplice, porque se per um capricho do acaso, elle ocupar a cadeira do falecido Visconde do Rio branco de saudissima memoria, encontrará n'ela ser-dividida em meio de reabilitação para sua casa commercial. Infeliz Patria ! Quem falla em amar per ti ?

Em sum, é tão pesada a lama que seus correligionarios desta terra vão deitando na glorios que V. Ex. com tanto trabalho conquistou que, desde já pode V. Ex. tirar o chapéu e dizer — eueus glorios !!

Bem Sr. Redactor, O Bento J. romano pede a V. S. o favor de corrigir e publicar a presente carta se por ventura ella não levar o editor de seu conceituado jornal aos bancos da polícia.

Ribeirão 4 de Outubro de 1881.

## EDITAL.

### Arsenal de Guerra.

O Conselho de Compras recebe novamente propostas, até as 11 horas da manhã do dia 11 do corrente mês para aquisição dos artigos precisos para abastecimento dos armazéns do Almoxarifado, fornecimento as Esquadrias e aos corpos d'esta guarnição, os quais deixou-se de comprar nas sessões de 27 e 28 de mês passado. Assim também

recebe propostas ao supremo prazo do dia para o fornecimento, durante o presente semestre, dos artigos de indústria do paiz que podem ser propostos sem as formalidades exigidas pelo regulamento.

Lâmas tres quintas dezena.

Lixa esmeril, folhas, cem.

Tinta branca pp, latas cinco.

Pincéis, dezena.

Giz, kilos dezena.

Torquez de carpinteiro, scis.

Lâminas de piava de 6 a 60 cm comprimento e 0,25 de largura 10.

Vigots de piava de 4 a 40 dm comprimento, dezena.

Panchões de trilhatico, dezena.

Caibros de 25 palmos 48.

Vassouras de pinassava, duzentas.

Telhas, duzentas.

Telhas, cento.

Lapis de louça, cento.

Livros de leitura 1.º, 2.º e 3.º, 20.

Tabacadas, trinta.

Bules de metal, tres.

Cadarço branco estreito, metro 10.

Colchões de pão, duas.

Capim membeca, litros, 1,080.

Jarrões de louça, duzentas.

Ourives de louça, dezena.

Potes.

Bomba de rotos amarelo, pares 5.

Botoes grandes de metal amarelo torcidos com bomba, 44.

Botos pequenos ditos, desenveis,

Vassouras envergadas com varetas donzelas, duas.

Correias curvadas com passadores dobrados para luvas, 100.

Charlateiras para mesmos e artillaria, pares, seis.

Fitas para inferiores de futebolaria, pares, 100.

Charlateiras para músicos e infantaria, pares, quarenta e vinte.

Charlateiras para mesmos e artillaria, vinte e quatro.

Cordas, quatro.

Dayas para inferiores d'estado menor de infantaria, três.

Gravatas, vinte e seis.

Lavas de algodão, pares, 108.

Pastas de algodão, mil.

Artigos de indústria do paiz para fornecimento Juiz de Fora, mestre, — Cal, Mataria, obreiros, gravatas, e calçados. Secretaria do Arsenal da Guerra em Cuyabá.

3 de Outubro de 1881.

O Secretário,

*Idelfonso H. Matheiros Filho.*

### Arsenal de Guerra.

Do orient do Ilm. Sr. Coronel Director, intendente convívio e Sr. o Dr. Giorgio Xavier da Silveira e a Senhora Victória da Freitas para d'esta data a 10 dias resolvemos impreterivelmente as peças de fardamento que receberão para manufatura — o 1º em 28 de Agosto, e a 2º em 30 de Outubro do anno p. passado. Secretaria 30º Arsenal de Guerra, 3 de Outubro de 1881. — O Secretário, — Idelfonso Matheiros Filho.

TESTIMONIAL

S. — Eu não sou ladra de gado : France vai provar quo o Galo não sabia como o negócio foi.

R. — Tantibom eu nunca passei cordões falsos ; não sei porque estes conservadores estão aí a fazer barulho.

S. — com sorriso de velhaco que todos lhe reconhecem ) Ora bem ! Nós não temos devendo nada um ao outro : tóque nestes ôssos !

R. — ( Apertando a mão de S. ) Este aperto de mão é a prova mais cabal de que nós somos honestos, e o que prende dois homens de bem.

Nós somos homens honestos, homens viventes, pois : Nem sou collector falso, Nem é tu ladão de bois.

G. ( Meditabundo ) A luz operária feito fui- f. O mundo está desgraçado, desconfia-se de tudo, ás das provas documentaes da publicação do suplemento !

Um sceptico : — Eu davido de tudo, mas creio firmemente na operade das luzes do certo fabricante de a pedidos e neste grande milagre de chrouologia que faz um edital de 30 de Setembro de 1881 ser publicado no journal de 2 de Setembro de 1880. Nem o Calhão com o fio do mundo e o propheta italiano inclusive poderia chegar á tanta.

Encontramos na carilha de um liberal muito devoto, o seguinte :

**CREDO:**  
**Para as liberdades rezar em como penitencia duradiza e Jubilosa.**

« Creio no supplemento todo ponderoso, criador do eleitorado do malto e da cidade, que nasceu e apareceu sob o poder do Ponche e do Mandador, foi forjado e publicado para nos reparar e salvar, resurgiu da typographia do — Liberal — e subiu á Provincial, onde descega, á mão direita do Sr. Antônio Amen. »

Todo liberal que rezar com fé e dor vor o presente credo — sera remido de todos os seus peccados — se for empregado publico e prevaricar — nada sofrerá. Aquelle que rezar unicamente para agradar ao chefe, sem que por isso acredeita na droga, sera livre dos chamuscas do púlgatorio e chada ser pelo menos capitão da guarda nacional. Pedimos a todos os possos correligionarios que o faça publicar e correr assim de que fiquem todos sabendo qual é o nosso credo político da actualidade.

**Ananucio.**  
O abaixo assinado, festeiro do D. vno Espírito Santo da povoação do Coxipó da Ponte, tendo da fazer solemnizar a referida festividade que constituirá de illuminado no dia 15º Missa cantada, e processáry no dia 16º da corrente, desejando, para ser maior brilhantismo, a concurrencia dos fieis ; pelo orgão da interpretação vem convidados, assegurando-lhes, desde já o seu agrado e contentamento.

R. — terá de, na noite do indicado dia 16º, dar uma pequena representação teatral, igualmente faz-servir aos intérvalos, pedindo-lhes para que se dignem assistirem. Cuyabá 4 de Outubro de 1881.

José Antônio Pimentel.